



ASSOCIAÇÃO SOCIAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE ARÍCERA

Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário

RELATÓRIO DE GESTÃO



Não viva a terceira idade...

Viva connosco a segunda juventude!

2023

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

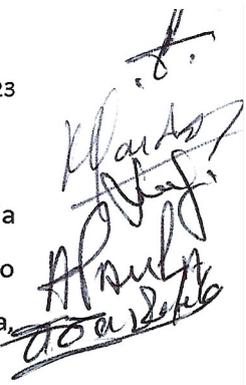
ÍNDICE

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	3
AVALIAÇÃO DA REALIZAÇÃO DAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS.....	11
ATIVIDADES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL (PADP 2023)	12
INVESTIMENTOS.....	15
RECURSOS HUMANOS.....	15
EVOLUÇÃO DOS GASTOS E RENDIMENTOS.....	16
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	18

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Distribuição dos Clientes do SAD por Género e idades	4
Tabela 2: Distribuição dos Clientes do SAD por Grau de Dependência	5
Tabela 3: Distribuição dos Clientes do SAD por Género face aos problemas saúde	6
Tabela 4: Distribuição dos Clientes SAD por Localidades	6
Tabela 5: Tabela de frequência de Clientes no SAD em 2023.....	6
Tabela 6: Distribuição em percentagem dos Clientes do Centro de Dia por Género e idade	8
Tabela 7: Distribuição em percentagem dos Clientes do Centro de Dia por Grau de Dependência	9
Tabela 8: Distribuição dos Clientes do CD por Género face aos problemas saúde	9
Tabela 9: Distribuição dos Clientes CD por Localidades.....	10
Tabela 10: Tabela de frequência de Clientes no Centro de Dia em 2023	10
Tabela 11: Tabela Recursos Humanos a 31 dezembro 2023.....	15
Gráfico 1 - Evolução dos Rendimentos	16
Gráfico 2– Estrutura dos Rendimentos	17
Gráfico 3 – Estrutura de Gastos	17
Gráfico 4 - Evolução dos Gastos Percentual.....	18

A Direção da Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arícera vem submeter à Assembleia Geral as Contas e Relatório de Gestão de 2023, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 22.º dos Estatutos da Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arícera, Instituição Particular de Solidariedade Social.



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Associação Social Desportiva e Recreativa de Arícera (ASDRA), Instituição Particular de Solidariedade Social, que dinamiza as respostas sociais de centro de dia e serviço de apoio domiciliário desde 2014, ambas abrangidas por acordos de cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, apresenta o seu relatório de gestão, sobre a implementação de mais um plano de atividades ao qual se associou o seu orçamento. Neste relatório irão estar os resultados das atividades a que nos propusemos na conceção do plano, no que respeita ao orçamento serão apresentadas as suas demonstrações de resultados, nesta prestação anual de contas.

As nossas respostas sociais, não acolhem só os idosos, promovem uma sociedade, que longe de representar os idosos como doentes e aposentados, os consideram muito mais agentes e beneficiários do desenvolvimento.

Sedeada na União das Freguesias de Arícera e Goujoim, no concelho de Armamar, território rural e considerado maioritariamente envelhecido, a nossa instituição promove através das suas estruturas de apoio, um envelhecimento ativo em segurança, no seu meio ambiente e com o intuito de minimizar o isolamento e a solidão dos que nos procuram, bem como, a indivíduos em situação de fragilidade social. As nossas respostas são fundamentais para promover a autonomia dos mais velhos e fragilizados, que se encontram isolados, visando igualmente o apoio à família, evitando ou retardando a institucionalização.

Na nossa intervenção, focamo-nos na resolução das dificuldades dos nossos clientes e apoiamos o seu percurso sem que estes tenham de ser desenraizados do seu ambiente, que pretende ainda promover a autonomia e a permanência em contexto domiciliar.

A institucionalização foi, durante muito tempo, a singular resposta de apoio formal existente, no entanto, a tomada de consciência dos custos exagerados, para os rendimentos que usufruem, devido às parcas pensões, da ineficiência das estruturas de apoio e do processo de separação do indivíduo do seu meio, assim, com estas respostas sociais e a implementação de um conjunto de serviços de proximidade dão suporte à permanência e participação na vida em sociedade destas pessoas. De acordo com as políticas sociais, relativas aos idosos, estas defendem que o contexto domiciliar é o melhor local para envelhecer.

Os aumentos verificados nos preços de todos os consumíveis, nos vencimentos e em todos os encargos associados aos mesmos, ao longo deste ano continuou a trazer insegurança no futuro, mas com atitudes baseadas numa gestão sustentável e coerente nos recursos existentes.

Para que seja dada uma perspetiva da concretização das nossas atividades, iremos descrever a população de clientes que apoiamos, dados referenciados na carta social 2023.

A ASDRA em 2023 apoiou na sua totalidade 53 Clientes, sendo 27 clientes em Centro de Dia e 26 clientes em SAD. Dados relativos a 31 de dezembro de 2023, a ASDRA apoiava 37 clientes, com a seguinte distribuição por cada uma das respostas sociais:

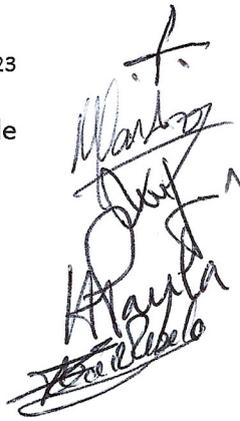
- O serviço de apoio domiciliário da ASDRA tem capacidade para 20 clientes, à data referida prestávamos serviços a 17 clientes, dos quais 12 são apoiados pelo acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Viseu. Esta resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito, é fundamental para promover a qualidade de vida dos clientes, apoiar as famílias e evitar ou retardar a institucionalização.

Do Total de 17 Clientes em serviço de apoio domiciliário, até ao fim do mês de dezembro de 2023, a média de idades dos nossos clientes de SAD é de 76 anos de idade, compreendidas entre os 46 e 102 anos e era assim a sua distribuição: 9 homens e 8 mulheres.

35 aos 49 Anos ▾	1	0	1	0
50 aos 59 Anos ▾	2	0	2	0
60 aos 64 Anos ▾	2	0	2	0
65 aos 69 Anos ▾	1	0	0	0
70 aos 74 Anos ▾	1	1	0	0
80 aos 84 Anos ▾	1	1	1	0
85 aos 89 Anos ▾	0	1	0	0
90 aos 94 Anos ▾	1	3	1	1
>= 100 anos ▾	0	2	0	2

Tabela 1: Distribuição dos Clientes do SAD por Género e idades

Foi necessário promover estratégias de desenvolvimento da autonomia, prestando os cuidados e serviços adequados às necessidades dos clientes (mediante contratualização), facilitando-lhes o acesso a serviços da comunidade e reforçando as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.



Assegurou, esta Resposta Social, a prestação dos seguintes serviços (incluída na mensalidade estabelecida):

- Fornecimento (e apoio quando necessário) da Nutrição e alimentação;
- Cuidados de Higiene Pessoal e de Imagem;
- Tratamento de Roupa do uso pessoal do cliente;
- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- Atividades socioculturais e ocupacionais;
- Acompanhamento Social;
- Apoio e Acompanhamento da medicação, quando prescrita, e solicitado;
- Articulação com os serviços de saúde;
- Acompanhamento a consultas médicas, de enfermagem, exames complementares de diagnósticos, análises clínicas e outros assuntos pessoais do cliente, mediante disponibilidade de viatura e colaboradora.

A implementação de meios e contextos benéficos e condescendentes do envelhecimento foi uma ação imprescindível, para a promoção do bem-estar dos idosos e outros clientes em condições fragilizadas, para que pudessem continuar a ser, pelo maior tempo possível, autónomos e socialmente participativos.

A promoção de relações interpessoais, foi fulcral num envelhecimento bem-sucedido, aumentou, assim, o equilíbrio sócio emocional e conseqüentemente a socialização, permitindo a participação ativa na sociedade, em que os idosos estão inseridos.

Relativamente ao grau de dependência podemos verificar a sua distribuição na seguinte tabela apresentada.

Atividades	Independente		Dependente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<u>Banho</u>	7	2	2	6
<u>Vestir-se</u>	8	7	1	1
<u>Utilização do WC</u>	8	7	1	1
<u>Mobilidade</u>	7	5	2	3
<u>Alimentação</u>	8	7	1	1
<u>Continência</u>	8	6	1	2
Nº de Utentes com Grau de Incap. Permanente Igual ou Superior a 60% (comprovado através de atestado médico de incapacidade multiuso)	2			

Tabela 2: Distribuição dos Clientes do SAD por Grau de Dependência

	Sem Problema (Ausência de Problema)	Problema Moderado (Prob.que não resulta em limit. da cap. na realização das ativ. da vida diária)	Problema Grave (Prob.de grande intensidade, que resulta em limitações da cap. das ativ. da vida diária implica util. de ajudas téc. e apoio esp.)	Problema Completo (Prob.total numa função do corpo, como por exemp.surdez)
<u>Funções Mentais e/ou do Desenvolvimento</u>	H 7 M 8	H 2 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0
<u>Função da Visão</u>	H 8 M 8	H 0 M 0	H 0 M 0	H 1 M 0
<u>Funções Auditivas da voz e da fala</u>	H 7 M 5	H 1 M 2	H 0 M 1	H 1 M 0
<u>Funções dos órgãos ou aparelhos internos</u>	H 8 M 7	H 1 M 1	H 0 M 0	H 0 M 0
<u>Funções relacionadas com o movimento</u>	H 7 M 6	H 1 M 1	H 0 M 0	H 1 M 1

Tabela 3: Distribuição dos Clientes do SAD por Género face aos problemas saúde

Os nossos clientes de SAD encontram-se na seguinte distribuição territorial.

Localidades	N.º Clientes abrangidos
Arícera	5
Armamar	1
Contim	1
Salzedas (Meixedo Padrão)	1
Marmelal	1
Santiago	1
S. Cosmado	1
S. Romão	1
Travanca	2
Vacalar	3

Tabela 4: Distribuição dos Clientes SAD por Localidades

Os clientes que deixaram o nosso SAD, foi pelos seguintes motivos: mudança de resposta social dentro da nossa instituição, institucionalização e viver com os filhos.

Mês	N.º de Clientes Acordo	Total de Clientes Frequência	N.º Clientes Entradas	N.º Clientes Saídas
janeiro	12	16	0	1
fevereiro	12	15	0	1
março	12	14	1	1
abril	12	14	0	0
maio	12	15	0	1
junho	12	15	1	1
julho	12	14	0	0
agosto	12	17	3	1 ausente 0
setembro	12	19	2	1
outubro	12	19	1	1
novembro	12	18	0	3
dezembro	12	17	2	0

Tabela 5: Tabela de frequência de Clientes no SAD em 2023

Esta resposta social, no ano de 2023, foi comparticipada pela Segurança Social no valor de 307,96€ (317,84€ atualizado setembro 2023), por cliente e as mensalidades a aplicar aos clientes tiveram por base a Portaria n.º 196-A/2015 de 1 de julho, na sua redação atual dada pela Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho - Define os critérios, as regras e as formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o ISS, IP e as IPSS.

O Custo médio real por Cliente em 2023 foi de 399,36€.

A frequência média de utilizadores da Resposta Social de Serviço de Apoio Domiciliário no ano de 2023 foi de 16 clientes.

- A ASDRA desenvolve também a resposta social de centro de dia - com capacidade para 20 clientes, prestamos serviços a 20 Clientes, sendo 15 Clientes apoiados pelo acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Viseu. Confere um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos, que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia.

Nesta resposta assegurou-se a prestação de cuidados e serviços adequados à satisfação das necessidades e expectativas do cliente, prevenindo situações de dependência e promovendo, diariamente, a autonomia, incentivando a promoção de relações pessoais e intergeracionais, contribuindo para a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida. Na aplicação destas condicionantes, esta resposta social, contribui para retardar ou evitar ao máximo a institucionalização em ERPI, tendo em conta, a promoção de estratégias de desenvolvimento da autoestima, da autonomia, da funcionalidade e da independência pessoal e social do idoso e /ou da pessoa com alguma fragilidade identificada.

As principais motivações que levam os idosos a procurarem esta resposta, centram-se: primeiramente, nas motivações ligadas à saúde, uma vez que o centro de dia disponibilizou acompanhamento e atenção para os clientes, que apresentem problemas ao nível da saúde, fornecendo a articulação com os serviços de saúde, em regime diurno e a um preço mais baixo do que a institucionalização. Em segundo lugar as motivações emocionais; as pessoas idosas, que vivem sozinhas, não conseguem encontrar um sentido, para a nova etapa do seu ciclo vital, precisando de um projeto de vida motivador, sendo que, a inserção neste tipo de estrutura abre possibilidades de contactos sociais e integração. Em terceiro lugar, destacam-se as motivações familiares, onde as dificuldades dos familiares em cuidar do idoso poderão ser diversas e englobam, quer razões de saúde, quer de trabalho, quer de sobrecarga. A família serve-se, muitas vezes, do Centro de Dia, como passo prévio à institucionalização do idoso. Em quarto lugar, as motivações económicas, sendo que o apoio fornecido pelo Centro de Dia, cobre as necessidades básicas diárias dos clientes, que vivem dependentes dos serviços sociais de atenção primária a um baixo custo. Verifica-se que os principais clientes, deste tipo de resposta

social, são os idosos com problemas de autonomia funcional e/ou psicossocial, e que pretendem manter o seu papel social na comunidade.

A resposta social centro de dia assegurou a prestação dos seguintes serviços (incluída na mensalidade estabelecida):

- Transporte do domicílio para a instituição e da instituição para o domicílio, importa salientar que esta resposta dispõe do serviço de transporte com rotas alargadas;
- Nutrição e alimentação, nomeadamente, pequeno-almoço, reforço da manhã, almoço, lanche e reforço para jantar;
- Cuidados de Higiene Pessoal e de Imagem;
- Tratamento de Roupa do uso pessoal do cliente;
- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- Atividades socioculturais e ocupacionais;
- Acompanhamento Social;
- Apoio e Acompanhamento da medicação, quando prescrita e quando solicitado;
- Articulação com os serviços de saúde;
- Acompanhamento a consultas médicas, de enfermagem, exames complementares de diagnósticos, análises clínicas e outros assuntos pessoais do cliente, mediante disponibilidade de viatura e colaboradora.

Os nossos clientes de Centro de Dia, num total de 20 clientes, 7 homens e 13 mulheres, com idades compreendidas entre os 61 e os 95 anos.

A média de idades dos nossos clientes em Centro de Dia é de 81 anos de idade.

Grupo Etário	Total Homens	Total Mulheres	Homens C/Deficiências ou Incapacidade(HCDI)	Mulheres C/Deficiências ou Incapacidade(MCDI)
60 aos 64 Anos	1	0	0	0
65 aos 69 Anos	2	1	2	1
70 aos 74 Anos	1	0	1	0
75 aos 79 Anos	0	1	0	1
80 aos 84 Anos	1	7	1	2
85 aos 89 Anos	2	2	1	2
90 aos 94 Anos	0	1	0	1
95 aos 99 Anos	0	1	0	1

Tabela 6: Distribuição em percentagem dos Clientes do Centro de Dia por Género e idade

Para aumentar e desenvolver competências que proporcionem ambientes facilitadores de saúde, através das atividades que estimulem a funcionalidade e independência, a resposta social de Centro de Dia, implementa atividades, que contribuem para a diminuição de uma visão

Handwritten signatures and notes in the top right corner.

assistencialista sobre o envelhecimento e adota uma harmonia integradora de valorização da participação das pessoas idosas na comunidade.

Relativamente ao grau de dependência podemos verificar a sua distribuição na seguinte tabela apresentada.

Atividades	Independente		Dependente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Banho	2	4	5	9
Vestir-se	5	8	3	4
Utilização do WC	6	12	1	1
Mobilidade	5	10	2	3
Alimentação	7	13	0	0
Continência	6	11	1	2

Nº de Utentes com Grau de Incap. Permanente Igual ou Superior a 60% (comprovado através de atestado médico de incapacidade multiuso)

Tabela 7: Distribuição em percentagem dos Clientes do Centro de Dia por Grau de Dependência

	Sem Problema (Ausência de Problema)		Problema Moderado (Prob.que não resulta em limit. da cap. na realização das ativ. da vida diária)		Problema Grave (Prob.de grande intensidade, que resulta em limitações da cap. das ativ. da vida diária implica util. de ajudas téc. e apoio esp.)		Problema Completo (Prob.total numa função do corpo,como por exemp.surdez)	
Funções Mentais e/ou do Desenvolvimento	H 4	M 7	H 2	M 3	H 1	M 1	H 0	M 2
Função da Visão	H 7	M 11	H 0	M 2	H 0	M 0	H 0	M 0
Funções Auditivas da voz e da fala	H 5	M 9	H 2	M 2	H 0	M 1	H 0	M 1
Funções dos órgãos ou aparelhos internos	H 5	M 10	H 1	M 3	H 0	M 0	H 1	M 0
Funções relacionadas com o movimento	H 5	M 10	H 2	M 1	H 0	M 2	H 0	M 0

Tabela 8: Distribuição dos Clientes do CD por Género face aos problemas saúde

Importa salientar que esta resposta dispõe do serviço de transporte com rotas alargadas.

Achamos relevante incluir a abrangência dos nossos serviços a nível territorial. Seguem-se as Localidades em que a ASDRA tem Clientes de Centro de Dia.

Localidades	N.º Clientes abrangidos
Arícera	1
Coura	2
Contim	1
Folgosa	1
Fontelo	1
Lumiares	3

Passos	3
Santiago	2
S. Romão	2
Travanca	2
Tões	1
Figueira (Lamego)	1

Tabela 9: Distribuição dos Clientes CD por Localidades

Os Clientes, que deixaram os nossos serviços, visto que era parco o apoio de retaguarda familiar e os familiares preferiram a institucionalização, os outros restantes clientes foram por motivos familiares e 1 cliente por falecimento.

Esta Resposta Social, no ano de 2023, foi comparticipada pela Segurança Social no valor de 155,82€ (atualizado setembro 2023) por cliente, e as mensalidades a aplicar aos Clientes tiveram por base a Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual dada pela Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho – Define os critérios, as regras e as formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o ISS, IP. e as IPSS.

Mês	N.º de Clientes Acordo	Total de Clientes Frequência	N.º Clientes Entradas	N.º Clientes Saídas
janeiro	15	20	2	1
fevereiro	15	20	0	1
março	15	20	1	0
abril	15	19	1	2
maio	15	20	1	1
junho	15	19	0	1
julho	15	19	1	0
agosto	15	20	1	0
setembro	15	20	0	1
outubro	15	20	1	1
novembro	15	20	1	1
dezembro	15	20	1	0

Tabela 10: Tabela de frequência de Clientes no Centro de Dia em 2023

O custo médio real por cliente em 2023 foi de 535,25€.

A frequência média de utilizadores da resposta social centro de dia no ano de 2023 foi de 20 clientes.

Continuamos a sentir dificuldades acrescidas, uma das razões continua a ser o número de frequências mensais oscilante, em ambas as respostas sociais, durante período de vigência do nosso plano de atividades. Continuamos com os custos somente assegurados pela instituição, no que respeita ao desenvolvimento do SAD aos fins de semana e feriados.

Tivemos que gerir criteriosamente todos os nossos escassos recursos, pois continuou a existir uma forte dificuldade de diversificar as fontes de financiamento da nossa atividade. As principais fontes de financiamento foram as decorrentes dos acordos de cooperação com a Segurança Social, as participações dos Clientes, IEFP, as quotas dos sócios e donativos.

Quanto à dinamização das respostas sociais, continuamos com a exigência na sua implementação e a depositar nos nossos serviços e cuidados eficácia com critérios de eficiência, constantemente, em todas as nossas boas práticas.

AVALIAÇÃO DA REALIZAÇÃO DAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Salientamos que fomos uma Direção, que procurou uma sustentabilidade financeira sem dívidas, obedecendo aos recursos financeiros, materiais e humanos existentes, tendo as suas despesas pagas e não adquiriu mais do que o necessário ao bom funcionamento da instituição. Consideramos que os resultados financeiros da prestação das suas atividades devem ser ligeiramente positivos, quando possível. Não procuramos o excesso de resultados, mas sim o resultado positivo, o que por vezes não é possível, devido aos fracos e poucos apoios.

Continuamos a preservar a melhoria da comunicação interna e externa da instituição através das redes sociais com publicações no *facebook*, publicações no *Site*, representação no CLAS, e em atividades com os clientes no exterior em representação da instituição.

Com a formação profissional continuamos a promover a aquisição de novos saberes proporcionados aos recursos humanos, para uma prestação de cuidados e serviços aos nossos clientes com maior qualidade e eficiência de forma a prosseguir uma melhoria contínua. Proporcionamos a formação aos nossos colaboradores, aproveitando a custo zero e outra que tivemos de custear, mas que foi de relevância.

No que se refere à angariação de novos associados, situação esta, que não se torna nada fácil, mesmo já se tendo diminuído a quota mensal. No entanto, até à data referida, tivemos 79 associados com quotas regularizadas e tivemos 6 novos associados. As principais fontes de financiamento foram as decorrentes dos acordos de cooperação com a Segurança Social, as participações dos Clientes, IEFP, as quotas dos sócios e donativos (62 donativos).

No que se refere a acordos de cooperação com a Segurança Social, a ASDRA tem presentemente dois acordos celebrados e em vigor, a saber: Centro de Dia (acordo para 15 Clientes, capacidade para 20 clientes), Serviço de Apoio Domiciliário (acordo para 12 clientes, capacidade para 20 clientes) que foram fundamentais, para o desenvolvimento e para a manutenção desta instituição, como tal, a Direção da ASDRA pretende manter os acordos em vigor.

A ambição de termos a capacidade de ambas as respostas sociais na sua plenitude, no ano de 2023 não foi possível de concretizar no SAD, mas, contudo, no centro de dia, tivemos a capacidade preenchida.

Continuamos a dar relevância às parcerias e cooperação, manifestando uma total abertura e proximidade com a comunidade, com os parceiros e com todas as partes interessadas, posicionando-nos como um elemento dinamizador e promotor de práticas de parceria e cooperação.

ATIVIDADES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL (PADP 2023)

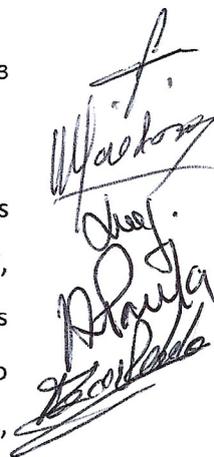
As nossas Respostas Sociais, por mais que sintamos que não lhes é dada a importância, como a outras, verifica-se que são para muitos “o melhor lugar para envelhecer”, pois continuam na sua própria casa, “Ageing in place – Envelhecimento em casa e na comunidade”. Envelhecer no lugar onde se viveu, para muitos, a maior parte da vida e onde estão as principais referências dessa vida, constitui uma vantagem. Isto é alcançado pela manutenção da independência e autonomia, e pelo desempenho de papéis nos locais onde se vive. O lugar onde a pessoa vive, não é apenas a sua casa, mas sim, também, a comunidade onde se insere.

A conceção de programas e serviços, que estimulem um envelhecimento participativo, na vida das comunidades é importante para maximizar a funcionalidade, é neste sentido que a animação sociocultural faz parte das respostas aos nossos clientes.

Como podemos verificar no cronograma das atividades comemorativas e nos registos de animação, foram 5 as atividades não realizadas, num total de 45 atividades planeadas. Assim, temos uma percentagem de atividades realizadas de 88,9%. A percentagem de participação nas atividades, no ano de 2023, foi de 83,5% (86,4% corresponde à resposta social CD e 80,6% corresponde à resposta social SAD). A Execução do PADP de 2023 foi de 88,5% (total da taxa de participação/execução dos ateliers 83,5% + total de participação/execução das atividades exteriores e extras 93,4%).

Contabilizando apenas as atividades que envolvam convívio e pessoas da comunidade e sócios, temos no ano de 2023, 19 atividades desenvolvidas e um total de 492 participantes, obtendo, assim, este ano, um número médio de participantes de aproximadamente 26.

As atividades tiveram os seus custos associados, aos quais verificamos que houve uma poupança de um modo geral. As direcionadas aos sócios foram as que tiveram uma maior despesa orçamental, que por si foram muito bem-sucedidas, o dia do sócio e o passeio anual.



Lúdico-recreativas

- No ano de 2023 foi desenvolvido alguns trabalhos manuais com o intuito de lembrança dos dias comemorativos: Dia Internacional do Obrigado, Dia Internacional da Mulher, Dia do Pai, Páscoa, Dia da Mãe, Dia de São João e celebração do Natal. Para além das lembranças elaboradas alusivas aos dias comemorativos acima lembrados executaram-se ao longo do ano outras dinâmicas que trabalharam igualmente as habilidades motoras foram elas: Dia de Reis, celebração do carnaval, Dia de Portugal, Dia Mundial do Ovo, Dia da Criatividade, Dia Internacional do Homem, encontro Interinstitucional de *Boccia* em Armamar (medalhas e troféus e participação no concurso “Decoração de Natal – Vila de Armamar 2023”. Para estas atividades, utilizaram-se material de desgaste e material reciclado já existente na instituição, adquirindo apenas o material necessário em falta;
- É de referir a realização de atividades com ênfase e comemoração de datas relevantes: participação na divulgação do evento EDP Meia Maratona do Douro Vinhateiro, com o intuito de promover o associativismo numa ótica global de convívio, saúde e bem-estar e, de modo a que a comunidade tivesse conhecimento e ficasse esclarecida sobre um dos eventos mundiais que se realizou na nossa região; Visita à Quinta Pedagógica de Gojim; Convívio Interinstitucional “As Janeiras” em colaboração com a FGMC; Dia Internacional do Riso; Celebrar o Carnaval, com a participação no desfile de carnaval na Vila de Armamar; Dia Mundial da Oração, visitando a Igreja da localidade, apreciando a mesma e orando individualmente; Comédia Musical para a Terceira Idade no Auditório do Instituto Português do Desporto e da Juventude de Viseu; Comunhão Pascal e Visita Pascal; Dia mundial da Arte com o desenvolvimento da dinâmica de talentos; Dia Mundial da Dança, realizando-se várias sessões de dança e movimentação corporal; Dia Internacional da Família (sessão fotográfica e lanche-convívio); Visita ao maior aquário móvel da Europa - Projeto "Fluviário vai à Escola"; Dia Mundial da Pizza com a confeção de pizzas; Dia Mundial dos Avós (passeio e piquenique no Parque Ribeirinho de Tarouca); Dia Internacional da Música Estranha e Dia do Artista; Dia Internacional da Paz, com a visita à Biblioteca Municipal de Armamar, desenvolvendo-se dinâmica com a Técnica Bibliotecária; Dia Mundial do Sonho, dinâmica “a árvore dos sonhos”; Dia Internacional do Idoso e Dia Mundial da Música (encontro interinstitucional envolvendo 4 instituições concelhias); Dia Internacional da Maçã (visita à feira da maçã); Dia Mundial da Terceira Idade (circuito de jogos); *Halloween* (sessão fotográfica e edição de fotografias); Dia de São Martinho - Magusto (realização de um convívio interinstitucional concelhio); Dia Mundial do Olá; Festa e almoço de Natal;
- Comemoração do Dia de Sócio, tarde recreativa, no Centro de Dia, com torneios de sueca e dominó, seguida de um lanche ajantarado com animação musical;

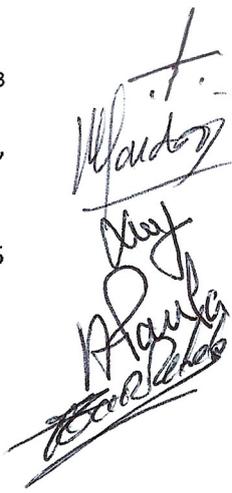
- Passeio Anual da ASDRA, visita à cidade de valor histórico/cultural, Viana do Castelo, proporcionando momentos de lazer e convívio no exterior da instituição;
- Houve a comemoração dos Aniversários dos Clientes e das Colaboradoras (24 Clientes, 5 colaboradoras e 1 voluntária);

Física / Motoras

- Execução de caminhadas e da pedaleira;
- Desenvolvimento de várias sessões de atividade Física, utilizando material como: elásticos, bolas, pinos, bastões de madeira, entre outros;
- Participação em várias sessões de hidroginástica nas piscinas municipais cobertas de Armamar;
- Desenvolvimento do Jogo do Boccia e outros jogos como o *bowling*, bola ao cesto e as setas que requerem equilíbrio, força muscular e movimento;
- Participação no Torneio de *Boccia*, com o desenvolvimento de vários encontros interinstitucionais,
- Comemoração do Dia Mundial da Atividade Física e Dia Mundial da Saúde com a realização de jogos no exterior da instituição e partilha de um lanche saudável, dando importância ao consumo de fruta;
- Comemoração do Dia Mundial da Fisioterapia, contando com a colaboração da Fisioterapeuta Inês Silva, em representação da Clínica FísioDouro;
- Participação no evento *Walking Football* em Viseu, desafiando os Clientes e mostrando-lhes outras modalidades, até à data desconhecidas;
- Participação nas Olimpíadas Séniores 2023;
- Foram dinamizadas várias atividades ao ar livre.

Cognitiva/Formativo

- Durante o ano de 2023, realizaram-se os jogos de mesa e tabuleiro: cubos lógicos; 4 em linha; jogo do galo; jogo da memória; bingo; jogo das cartas; dominó; jogo das palavras;
- Houve o desenvolvimento de dinâmicas de grupo e individualmente com exercícios de estimulação cognitiva, como por exemplo: exercícios de atenção, exercícios de lógica, exercícios de memória, exercícios de cálculo e exercícios de funções executivas.
- Dinamizaram-se ações sensibilização em temáticas do interesse dos Clientes, nomeadamente na área da saúde; De salientar as ações de sensibilização em comemoração



aos seguintes dias: Dia Mundial da Hipertensão, Dia Mundial da Saúde Oral, Dia Mundial da Fisioterapia, Dia Mundial da Saúde Mental, com a visita e participação numa dinâmica na Biblioteca Municipal de Armamar;

- Comemoração do Dia Mundial da Escrita à mão, com o intuito de desenvolver as capacidades intelectuais, inculcando o gosto pela escrita.
- Sessão de *Mindfulness* – Dia do Pensamento.



INVESTIMENTOS

Tendo em conta 2023 e as dificuldades na previsão de angariação de receitas, tentamos implementar ações de melhorias e ajustes na estrutura da ASDRA, que assentaram nas respostas e serviços já existentes e numa dinâmica suportada num grupo de profissionais, que promoveram o bom funcionamento desta Associação.

Assim, a Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arícera, continuou a trabalhar no sentido de corresponder às necessidades e expectativas dos clientes, dos Colaboradores e da comunidade em geral elevando de forma contínua os seus padrões de qualidade.

RECURSOS HUMANOS

A nossa instituição a 31 de dezembro de 2023 tinha assim, o seguinte quadro de Recursos Humanos:

N.º de profissionais por categoria	Categoria Profissional	Vínculo Contratual
1	Assistente Social – Diretora Técnica	Contrato Sem Termo
1	Animadora Cultural	
4	Ajudantes de Ação Direta	
1	Ajudantes de Ação Direta	Contrato a Termo Resolutivo Incerto
1	Ajudante de Ação Direta	Contrato a Termo Resolutivo Certo
1	Auxiliar de Serviços Gerais	CEI+ - IEFP

Tabela 11: Tabela Recursos Humanos a 31 dezembro 2023

O quadro de recursos humanos, esteve de acordo com o estabelecido pelos acordos de cooperação.

O Plano Anual de Formação para o ano de 2023 priorizou as necessidades de formação estratégicas e técnicas identificadas pelas próprias colaboradoras, e que também consideramos cruciais para o alcance da missão da ASDRA, a par de necessidades de formação transversal, como a capacitação das pessoas ao nível do digital e das competências de inovação.

A maioria das formações assentou essencialmente em formação financiada, gratuitamente, através de financiamentos às entidades formadoras externas, só a formação que envolveu a animadora cultural teve custos. O local da formação foi na sede da ASDRA no que diz respeito à formação interna, e *online* para a externa com sessões síncronas e assíncronas.

Maria F. Alves
Alameda
Barcelos

EVOLUÇÃO DOS GASTOS E RENDIMENTOS

No período de 2023 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela instituição. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 88.665,50 €, representando uma variação de 23,63% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

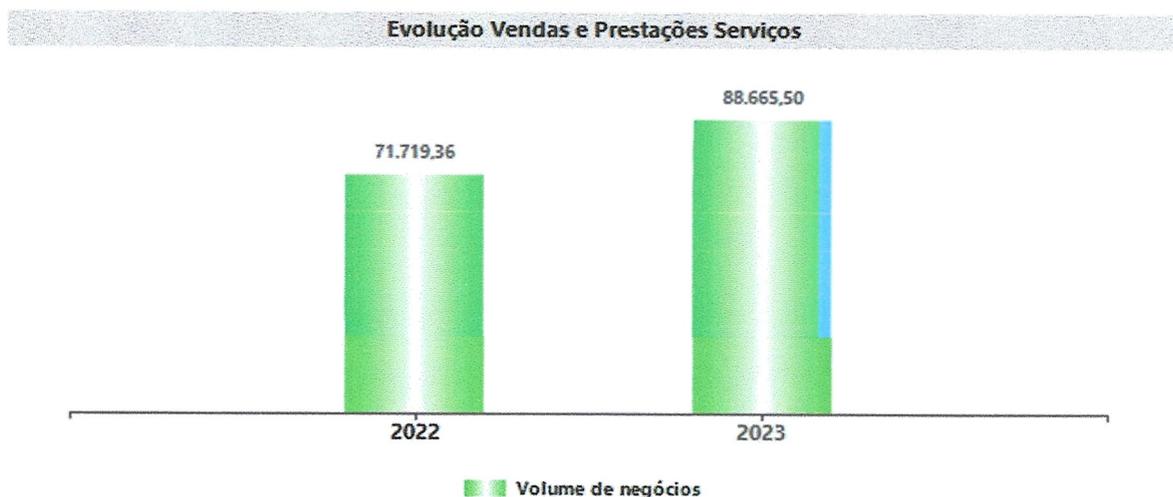


Gráfico 1 - Evolução dos Rendimentos

*Alfredo
Dey.
Alfredo
João*

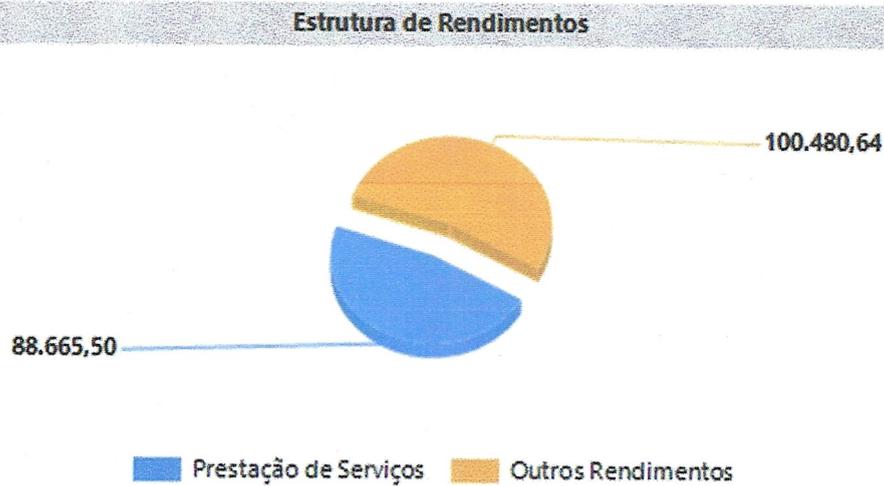


Gráfico 2 – Estrutura dos Rendimentos

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

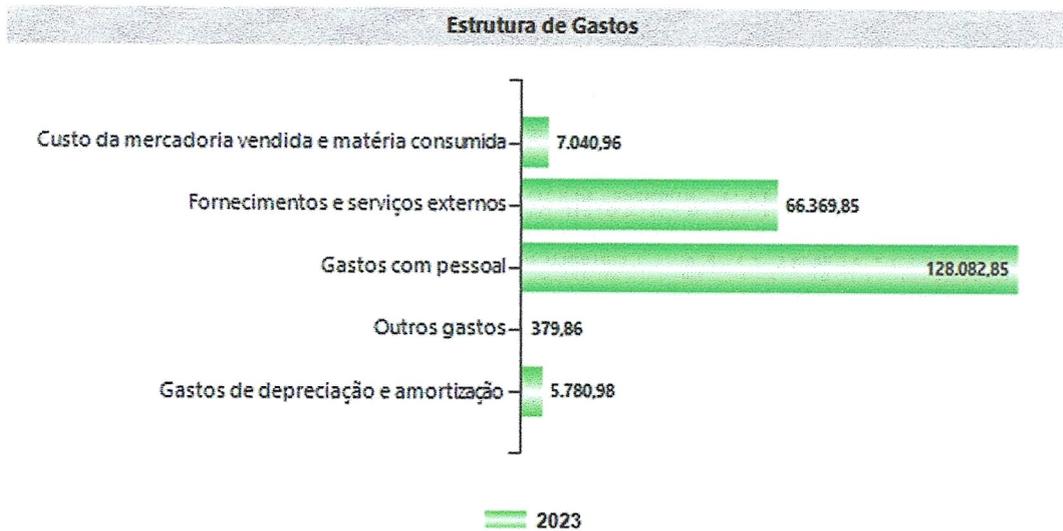


Gráfico 3 – Estrutura de Gastos

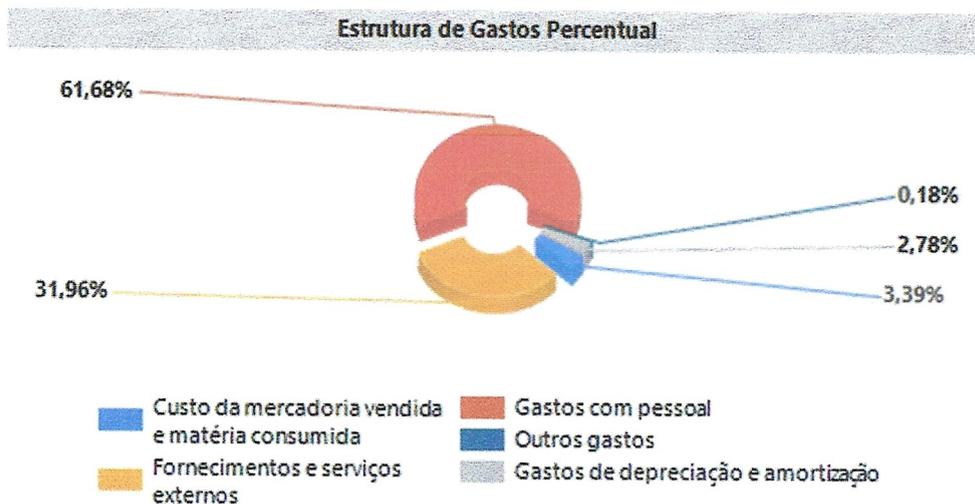


Gráfico 4 - Evolução dos Gastos Percentual

Da análise aos dados da evolução dos gastos, verifica-se que, globalmente estes aumentaram cerca de 11.573,52 face ao ano anterior, essencialmente nas rúbricas de gastos com o pessoal, sobretudo, com a aquisição bens e serviços alimentares e serviços de reparação de equipamentos.

O mesmo não se verifica na evolução dos rendimentos, que apesar de um aumento dos Serviços Prestados no montante de 16.946,14, houve uma diminuição global de Rendimentos e cerca de 21.644,35.

Assim em resumo deste exercício de 2023, os Ganhos e Rendimentos totalizaram o valor de 18.9146,14 Euros, e os Gastos totalizaram o valor de 207.654,50 Euros, apurando-se o resultado negativo de 18.508,36 Euros

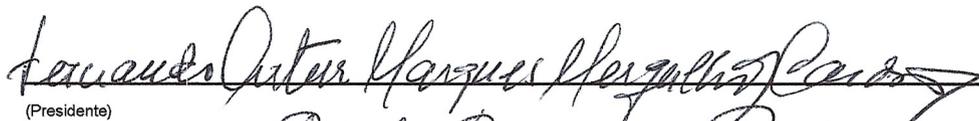
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício de 2023 negativo no montante de 18.508,36 Euros tenha a seguinte aplicação:

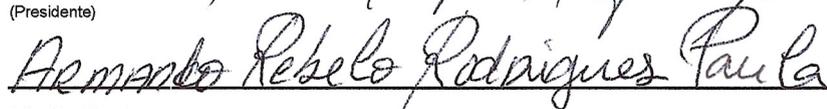
Resultados Transitados (-)18.508,36 Euros.

Arícera, 01 de março de 2024

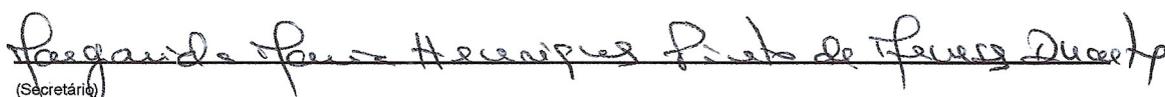
A Direção da ASDRA,



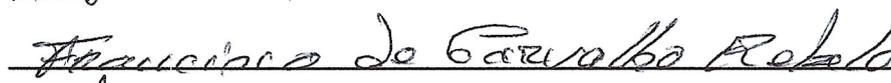
(Presidente)



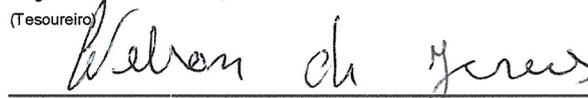
(Vice-Presidente)



(Secretário)



(Tesoureiro)



(1º Vogal)



ASSOCIAÇÃO SOCIAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE ARÍCERA

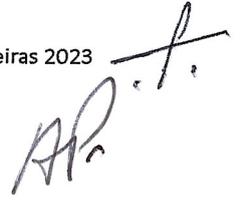
Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário

ASSOCIAÇÃO SOCIAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE ARÍCERA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

Arícera, março 2024



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5,6	29.600,54	35.381,52
Outros créditos e ativos não correntes	10	2.841,18	2.673,90
		32.441,72	38.055,42
Ativo corrente			
Inventários	19	211,58	
Créditos a receber	12	733,00	5.708,00
Estado e outros entes públicos		2.062,69	2.062,69
Diferimentos		1.625,99	1.986,20
Caixa e depósitos bancários		83.191,68	96.733,34
		87.824,94	106.490,23
Total do ativo		120.266,66	144.545,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	783,06	783,06
Resultados transitados		72.395,74	76.667,60
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	42.538,30	47.106,63
Resultado líquido do período		(18.508,36)	(4.271,86)
Total dos fundos patrimoniais		97.208,74	120.285,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15	3.066,01	3.303,86
Estado e outros entes públicos		2.584,08	2.295,89
Diferimentos		12,00	
Outros passivos correntes	16	17.395,83	18.660,47
		23.057,92	24.260,22
Total do passivo		23.057,92	24.260,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		120.266,66	144.545,65

A Direção,

Nelson de Jesus
 Fernando Antun Marques Augusto Pardo
 Fernando Luiz Henrique Fiet de Jesus
 Armando Rebelo Rodrigues Trilha
 Encarregado de Contas

Contabilista Certificado Nº 47745



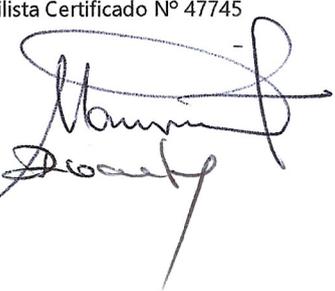
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	17	88.665,50	71.719,36
Subsídios, doações e legados à exploração	18	93.166,91	114.811,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(7.040,96)	
Fornecimentos e serviços externos	8	(66.369,85)	(63.897,65)
Gastos com o pessoal	20	(128.082,85)	(127.123,42)
Outros rendimentos	8	7.313,73	7.354,50
Outros gastos	23	(379,86)	(368,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(12.727,38)	2.495,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(5.780,98)	(6.747,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(18.508,36)	(4.251,92)
Juros e gastos similares suportados			(19,94)
Resultado antes de impostos		(18.508,36)	(4.271,86)
Resultado líquido do período		(18.508,36)	(4.271,86)

A Direção,

Contabilista Certificado Nº 47745

Wilson de Jesus
Francisco Justo Marques Mezquita
Frederico Luiz Henrique Pinheiro de Jesus
Armando Rebelo Rodrigues Paula
Francisco de Carvalho Rebelo



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		88.556,50	71.719,36
Pagamentos a fornecedores		72.292,73	63.897,65
Pagamentos ao pessoal		127.063,77	127.123,42
Caixa gerada pelas operações		(110.800,00)	(119.301,71)
Outros recebimentos/pagamentos		97.425,62	114.641,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(13.374,38)	(4.660,13)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Investimentos financeiros</i>		167,28	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>			4.680,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(167,28)	4.680,07
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>			19,94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			(19,94)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(13.541,66)	
Caixa e seus equivalentes no início do período		96.733,34	96.733,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		83.191,68	96.733,34

A Direção,

Contabilista Certificado Nº 47745

Alfonso de Jesus
Fernando Antão Marques
Armando Rebelo Rodrigues
Francisco de Carvalho Rebelo



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Projeto TOC TOC	PERÍODOS	
				2023	2022
Vendas e serviços prestados	50 972,75	37 692,75		88 665,50	71 719,36
Subsídios, doações e legados à exploração	42 552,59	50 614,33		93 166,91	114 811,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 942,94	-3 098,02		-7 040,96	
Fornecimentos e serviços externos	-37 167,12	-29 202,73		-66 369,85	-63 897,65
Gastos com o pessoal	-74 288,05	-53 794,80		-128 082,85	-127 123,42
Outros rendimentos	1 537,42	1 207,98	4 568,33	7 313,73	7 354,50
Outros gastos	-21 272	-167,14		-379,86	-368,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-20 548,07	3 252,36	4 568,33	-12 727,38	2 495,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 079,80	-512,98	-4 188,20	-5 780,98	-6 747,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-21 627,87	2 739,38	380,13	-18 508,36	-4 251,92
Juros e gastos similares obtidos					-19,94
Resultado antes de impostos	-21 627,87	2 739,38	380,13	-18 508,36	-4 271,86
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	-21 627,87	2 739,38	380,13	-18 508,36	-4 271,86

A Direção,

*Wilson de Jesus
 Francisco Justin Marques Augusto Cardoso
 Fernando Pereira Reis de Jesus Diniz
 Armando Rebelo Rodrigues Paula
 Francisco de Carvalho Rebelo*

O Contabilista Certificado,



DEMONSTRAÇÃO DE INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023 6		783,06			76.667,60		47.106,63	(4.271,86)	120.285,43		120.285,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
7											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								(18.508,36)	(18.508,36)		(18.508,36)
RESULTADO INTEGRAL 9 = 7 + 8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023 6+7+8+10		783,06			72.395,74		42.538,30	(18.508,36)	97.208,74		97.208,74

A Direção,

Contabilista Certificado N° 47745


 Nelson de Jesus
 Fernando Carlos Marques Magalhães
 Francisco de Jesus Duarte
 Armando Rebelo Rodrigues Rebelo
 Francisco de Carmo Rebelo

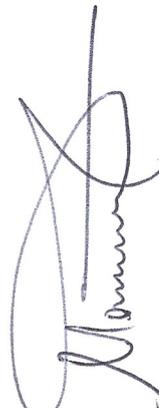
DEMONSTRAÇÃO DE INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	783,06			76.667,60		47.106,63	(4.271,86)	120.285,43		120.285,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								4.271,86	4.271,86		4.271,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							4.271,86	4.271,86		4.271,86
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							(4.271,86)	(4.271,86)		(4.271,86)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6=1+2+3+5	783,06			76.667,60		47.106,63	(4.271,86)	120.285,43		120.285,43

A Direção,

Contabilista Certificado Nº 47745

Belhom de Jesus
Peruando Luis Henrique Marques Cardoso
Peruando - Diretor Administrativo
ARMANDO Rebelo Rodrigues Paula
Francisco de Carvalho Rabão





ANEXO

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Denominação da entidade: Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arícera.

Sede: Arícera - Armamar

Natureza da atividade: Promoção social da população em geral e a promoção de atividades de carácter desportivo, recreativo e cultural.

CAE: 88101 – Atividades de Apoio Social para Pessoas Idosas Sem Alojamento.

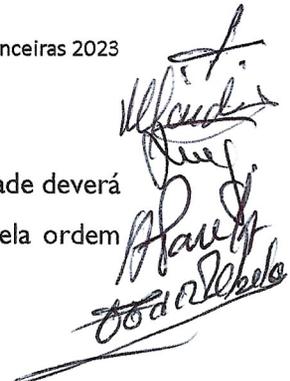
N.º de Identificação de Pessoa Coletiva: 501 994 246

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature is in cursive and appears to be 'Hauy'. Below it is a rectangular stamp with illegible text.

posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL; e

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (conforme política descrita na nota 3.11). O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação (Intervalo)
Equipamento básico	7 a 8 anos	12,50% a 14,28%
Equipamento de transporte	4 anos	25%
Equipamento administrativo	3 a 8 anos	12,50% 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8 anos	12,50% a 25%

A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento, a existir, nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis.

3.2 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Entidade age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

[Handwritten signatures and initials]

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (segundo a nota 3.11), tendo por base o referido na *nota 7*.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos intangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de amortização (intervalo)
Programas de computador	6	16,67%

A Entidade efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a quantia escriturada. A Entidade revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantem. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Não é permitido neste referencial contabilístico a revalorização dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.4 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Em 31.12.2023, esta rubrica inclui “Fundos de Compensação de Trabalho” decorrente de imperativos legais desde 01.10.2013.

3.5 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

Os ativos biológicos de produção (assemelha-se a um “equipamento” de produção), de uma forma geral, são classificados como um ativo não corrente, a não ser que a sua vida útil seja inferior a 1 ano, sendo que neste caso são classificados como um ativo corrente.

Os ativos biológicos para consumo (assemelha-se a um “inventário de produção”), de uma forma geral, são classificados como um ativo corrente.

3.6 Créditos a receber

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade (conforme política descrita na nota 3.11) quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como “Ativo Corrente”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

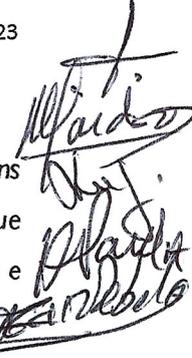
3.7 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- 
- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.8 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade segundo o referido na nota 3.11).



3.9 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outras passivos correntes” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.10 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

3.11 Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos “Inventários”, dos “Ativos financeiros” que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e “Ativos

biológicos” relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor, menos os custos de alienação.

Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

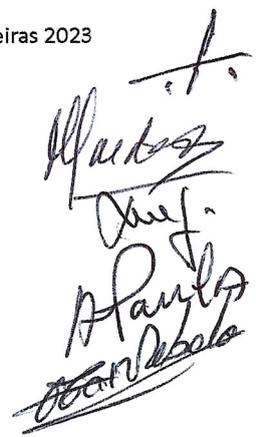
A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature appears to be 'Paula' and there is a circular stamp below it.

3.12 Fundos patrimoniais

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.13 Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

3.14 Passivos não correntes

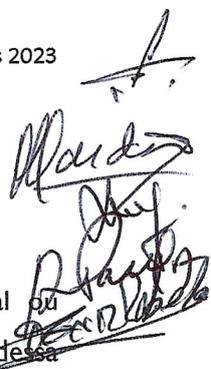
Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão.



3.15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

3.18 Vendas e prestação de serviços

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal

o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.19 Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios, doações e legados a exploração” da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

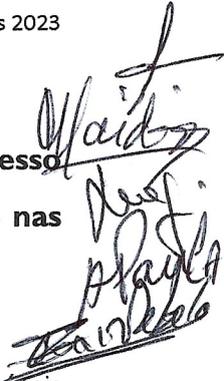
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, conseqüentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.21 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras



Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Reconhecimento de crédito de quotas de associados a receber; e
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.22 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	272,99	54,09
Depósitos à ordem	82 918,69	96 679,25
Total de caixa e depósitos bancários	83 191,68	96 733,34
Descoberto bancários		
Total de caixa e seus equivalentes (DFC)	83 191,68	96 733,34

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo ou modelo de revalorização)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de depreciação utilizadas (Intervalo %)
Equipamento básico	26 488,88	Método de linha reta	Q. duodecimal	7 a 8 anos	12,5% a 14,28%
Equipamento de transporte	83 797,07	Método de linha reta	Q. duodecimal	4 anos	25%
Equipamento administrativo	3 800,91	Método de linha reta	Q. duodecimal	3 a 8 anos	12,5% a 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	8 623,21	Método de linha reta	Q. duodecimal	4 a 8 anos	12,5% a 25%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Handwritten signatures and initials:
 M. A. P.
 M. A. P.
 M. A. P.
 M. A. P.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			26.488,88	83.797,07	3.800,91		8.623,21			122.710,07
Depreciações acumuladas			23.857,59	54.479,70	3.025,94		5.965,32			87.328,55
Saldo no início do período			2.631,29	29.317,37	774,97		2.657,89			35.381,52
Variações do período			(4.846,33)		(389,95)		(544,70)			(5.780,98)
Total de aumentos										
Total diminuições			658,13	4.188,20	389,95		544,70			5.780,98
Depreciações do período			658,13	4.188,20	389,95		544,70			5.780,98
Outras transferências			(4.188,20)	4.188,20			0,00			0,00
Saldo no fim do período			(2.215,04)	29.317,37	385,02		2.113,19			29.600,54
Valor bruto no fim do período			26.488,88	83.797,07	3.800,91		8.623,21			122.710,07
Depreciações acumuladas no fim do período			28.703,92	54.479,70	3.415,89		6.510,02			93.109,53

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			26.488,88	83.797,07	3.800,91		8.623,21			122.710,07
Depreciações acumuladas			23.857,59	54.479,70	3.025,94		5.965,32			87.328,55
Saldo no início do período			2.631,29	29.317,37	774,97		2.657,89			35.381,52
Variações do período										
Total de aumentos										
Total diminuições			1.681,28	4.188,20	422,25		455,89			6.747,62
Depreciações do período			1.681,28	4.188,20	422,25		455,89			6.747,62
Outras transferências			1.681,28	4.188,20	422,25		455,89			6.747,62
Saldo no fim do período			2.631,29	29.317,37	774,97		2.657,89			35.381,52
Valor bruto no fim do período			26.488,88	83.797,07	3.800,91		8.623,21			122.710,07
Depreciações acumuladas no fim do período			23.857,59	54.479,70	3.025,94		5.965,32			87.328,55

5.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Rubrica do AFT	31-12-2023		31-12-2022	
	Depreciação do período	Depreciação acumulada	Depreciação do período	Depreciação acumulada
Equipamento básico	658,13	24 515,72	1 681,20	23 857,56
Equipamento de transporte	4 188,20	58 667,90	4 188,20	54 479,70
Equipamento administrativo	389,95	3 415,89	422,25	3 025,94
Outros ativos fixos tangíveis	544,70	6 510,02	455,89	5 965,32
Total	5 780,98	93 109,53	6 747,62	87 328,55

5.3 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

Descrição dos compromissos contratuais assumidos	31.12.2023		31.12.2022	
	Classe do ativo	Valor	Classe do ativo	Valor
Equipamento de transporte	43.4	16 291,50	43.4	16 291,50
Total		16 291,50		16 291,50

6 LOCAÇÕES

6.1 Locações financeiras

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Locações financeiras	
	Quantia escriturada líquida	
	31.12.2023	31.12.2022
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 Divulgações por cada classe de ativos intangíveis

Categoria do ativo intangível	Vida útil definida ou indefinida	Métodos de amortização usados (Método de linha reta ou método das unidades de produção)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de amortização utilizadas (Intervalo %)
Programas de computador	6 anos	Linha reta	100%	6 anos	16,67%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Período findo em 31.12.2023:

2023		
Descrição	Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta		
Saldo em 01.01.2023	387,45	387,45
Adições	-	-
Revalorizações	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Ativos detidos p/venda	-	-
Transferências	-	-
Saldo em 31.12.2023	387,45	387,45
Amortizações acumuladas		
Saldo em 01.01.2023	387,45	387,45
Adições	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Ativos detidos p/venda	-	-
Transferências	-	-
Saldo em 31.12.2023	387,45	387,45
Perdas por imparidade acumuladas		
Saldo em 01.01.2023	-	-
Adições	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Ativos detidos p/venda	-	-
Transferências	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-
Quantia escriturada	-	-

Período findo em 31.12.2022:

2022		
Descrição	Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta		
Saldo em 01.01.2022	387,45	387,45
Adições	-	-
Revalorizações	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Ativos detidos p/venda	-	-
Transferências	-	-
Saldo em 31.12.2022	387,45	387,45
Amortizações acumuladas		
Saldo em 01.01.2022	387,45	387,45
Adições	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Ativos detidos p/venda	-	-
Transferências	-	-
Saldo em 31.12.2022	387,45	387,45
Perdas por imparidade acumuladas		
Saldo em 01.01.2022	-	-
Adições	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Ativos detidos p/venda	-	-
Transferências	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	-
Quantia escriturada	-	-

Alfândega
Prof. A. P. Silva
2023/12/20

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2023	31-12-2022
Fundo de compensação de trabalho (ao justo valor)	2 841,18	2 673,90
Total	2 841,18	2 673,90

A Lei nº 70/2013 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e outros. A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo código do trabalho, e aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência

a antiguidade, contada a partir do momento da execução dos mesmos contratos, excluindo os de curta duração e trabalho temporário, bem como os trabalhadores que exercem funções públicas, incluindo os institutos públicos de regime especial. O FCT é financiado pelas entregas mensais efetuadas pelas entidades empregadoras abrangidas pelo âmbito do regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto. O dinheiro proveniente das entregas mensais das entidades empregadoras integra o património de um fundo – o Fundo de Compensação do Trabalho – gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, IP. As entregas são convertidas em unidades de participação do fundo e integradas em contas individuais referenciadas aos trabalhadores da entidade empregadora abrangidos pelo âmbito do regime na proporção das entregas realizadas por conta de cada trabalhador. No presente período foram mensurados no ativo da Entidade o montante de 2.841,18 Euros.

Handwritten signatures and initials:
 V. V. V.
 A. J.
 P. P.
 P. P.

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2023			31-12-2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o rendimento		129,60	129,60		129,60	129,60
Imposto sobre o valor acrescentado		1 933,09	1 933,09		1 933,09	1 933,09
Total ativo	-	2 062,69	2 062,69	-	1 676,52	1 676,52
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		216,00	216,00		305,90	305,90
Contribuições para a segurança social		2 368,08	2 368,08		1 931,88	1 931,88
Complicações para o FCT e FGCT		0,00	0,00		58,11	58,11
Total do passivo	-	2 584,08	2 584,08	-	2 295,89	2 295,89

8. Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2023			31-12-2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Membros			0,00			0,00
Total passivo	-	-	-	-	-	-

9. DIFERIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31-12-2023	31-12-2022
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	1 625,99	1 986,20
Total	1 625,99	1 986,20
Passivos:		
Jóias de inscrição recebidas antecipadamente		
Quotas de associados recebidas antecipadamente	12,00	
Subsídios à exploração recebidos antecipadamente		
Total	12,00	-

A.
Alfaro
Alfaro
Alfaro

10. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros ativos	31-12-2023			31-12-2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Acréscimos de rendimentos de quotas		24,00	24,00		108,00	108,00
Devedores diversos		600,00	600,00		5 600,00	5 600,00
Total ativo	-	624,00	624,00	-	5 708,00	5 708,00

11. FUNDOS

A 31 de dezembro de 2023 a associação apresentava um fundo patrimonial de 783,06€ que corresponde ao património líquido na data da aplicação do PCIPSS, que antecedeu o atual normativo contabilístico, ou seja, o sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística e aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro

12. RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos desta rubrica no período de 2023:

Resultados transitados	31.12.2023	31.12.2022
Saldo em 01.01.	76 667,60	69 785,95
Aumentos do período		
Aplicação de resultados	-4 271,86	6 881,65
Total dos aumentos do período	-4 271,86	6 881,65
Diminuições do período		
Total das diminuições do período	0,00	0,00
Saldo em 31.12.	72 395,74	76 667,60

Maria A.
Dir. Financeira
Paula
Contabilista

13. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos desta rubrica, no período de 2023:

Outras variações nos fundos patrimoniais	31.12.2023	31.12.2022
Saldo em 01.01.	47 106,63	18 241,04
Aumentos do período		
Injunção judicial		
Subsídios atribuídos		33 576,00
Total dos aumentos do período		17 274,00
Diminuições do período		
Imputação de subsídios ao investimento	4 568,33	4 680,07
Imputação de subsídios ao investimento anos anteriores		30,34
Total das diminuições do período	4 568,33	4 710,41
Saldo em 31.12.	42 538,30	47 106,63

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31-12-2023			31-12-2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

15. FORNECEDORES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores c/c	3 066,01	3 303,86
Totais	3 066,01	3 303,86

M. Cardoso
J. Silva
A. Silva
J. Silva

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros passivos	31-12-2023			31-12-2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Pessoal		672,78	672,78			0,00
Credores por acréscimos de gastos		16 322,16	16 322,16	15 114,86		15 114,86
Credores diversos		400,89	400,89	3 591,51		3 591,51
Total ativo	-	17 395,83	17 395,83	-	18 706,37	18 706,37

17. VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As prestações de serviços por valências desenvolvidas pela ESNL:

Prestações de serviços	31-12-2023	31-12-2022
Centro de Dia	49 874,00	40 670,86
Apoio domiciliário	36 594,00	29 924,50
Volume de negócios	86 468,00	70 595,36

18. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2023	31-12-2022
Subsídios	93 166,91	114 811,26
Doações	4 091,19	2 264,35
Totais	97 258,10	117 075,61

Handwritten signatures and initials:
 W. F. ...
 J. ...
 A. ...
 J. ...

19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Inventários Iniciais		
Compras	7 252,54	
Reclassificação e regularização de inventários		
Inventários Finais	211,58	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7 040,96	

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Subcontratos	31 630,11	24 361,60
Trabalhos especializados	5 863,23	2 853,35
Publicidade	0,00	330,00
Vigilância e segurança	0,00	48,44
Conservação e reparação	15 492,44	9 973,28
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 355,87	413,49
Material de escritório	809,86	795,97
Combustíveis	5 624,53	10 074,42
Deslocações, estadas e transportes	148,62	72,82
Comunicação	566,88	533,78
Seguros	1 667,40	2 181,71
Despesas de Representação	40,00	35,00
Limpeza, higiene e conforto	2 927,75	246,00
Outros	243,16	11 977,79
Total	66 369,85	75 875,44

W. J. J.
W. J. J.
W. J. J.
W. J. J.

21. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Remuneração do pessoal	104 912,64	106 299,83
Encargos sobre remunerações	21 312,40	19 292,21
Seguros	1 832,81	1 232,23
Outros gastos com pessoal	25,00	428,40
Total	128 082,85	127 252,67

22. OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Sinistros	91,95	141,48
Correcções relativas a períodos anteriores		2 083,76
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Consignação de IRS	2 653,45	442,84
Inputação de Subsídios para Investimento	4 568,33	4 680,07
Outros		6,65
Total	7 313,73	7 354,80

23. OUTROS GASTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2023	31-12-2022
Sinistros		250,00
Impostos	165,05	15,39
Outros	214,81	102,96
Total	379,86	368,35

Alcides
Obj.
Alcides
2023

24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2023	31-12-2022
Juros suportados	-	19,94
Total	-	19,94

25. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DO BALANÇO

25.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Direção da 01 de março de 2024. No entanto, os membros da Entidade poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

25.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº 119/2009 de 30 dezembro), a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Entidade não tem ativos restringidos.

28. GARANTIAS PRESTADAS

No final do período de 2024 e 2023, a Associação não tinha assumido responsabilidades por garantias a favor de terceiros.

29. Termo de responsabilidade

A Direção e a Contabilista Certificada, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2023, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

A Direção, O Contabilista certificado

Belton de Jesus
 Fernando Antun Marques Marques
 Carlos

Luís Paulo Henrique Pinheiro de Jesus Duarte
 Armando Rebelo Rodrigues Paula
 Francisca de Carvalho Rebelo



2º VOGAL:- Maria de Jesus Cardoso
ATA Nº 1 - 2024

REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO SOCIAL DESPORTIVA E RECREATIVA DE ARICERA, PELAS DEZASSEIS HORAS REUNIU O CONSELHO FISCAL DA ASDRA COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHO.

PONTO Nº 1 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA GERÊNCIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

- DEPOIS DE ANALISADO O RELATÓRIO DE CONTAS DA GERÊNCIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, ENVIADO PELA DIREÇÃO, FOI O MESMO, POSTO À VOTAÇÃO SENDO APROVADO POR UNANIMIDADE.

PONTO Nº 2 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

- ANALISADO O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, ELABORADO PELA DIREÇÃO, FOI ESTE, POSTO À VOTAÇÃO, SENDO APROVADO POR UNANIMIDADE.

PONTO Nº 3 - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.

- ANALISADOS E APROVADOS OS DOCUMENTOS REFERIDOS NOS PONTOS ANTERIORES, PROCEDEU ESTE CONSELHO FISCAL À ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER FAVORÁVEL, DESTA ORGAO, PARA SER ENTREGUE À DIREÇÃO.

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL, DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO ERAM DEZASSETE HORAS, DA QUAL SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA EM VÔZ ALTA, FOI POSTA À VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA PELOS MEMBROS PRESENTES.

O PRESIDENTE: - JOSÉ ANTONIO CARDOZO GOUVEIA JUNIOR

1º VOCAL: - Maria de Jesus Cardoso

2º VOCAL: - Fernanda da Silva Cardoso Junior

ASSOCIAÇÃO SOCIAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE ARÍCERA

NISS: 20018059880

NIPC: 501994246

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2023

Nos termos da Lei, dos estatutos e do mandato que lhe conferiram, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas da Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arícera, elaborados pela Direção, respeitantes ao exercício em 31 de dezembro de 2023.

O Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2023, a atividade desenvolvida pela Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arícera e comprovou a observância da Lei e dos Estatutos, bem como o respeito pelos métodos tradicionalmente adotados.

No final do exercício, examinámos os documentos de prestação de contas de 2023 e analisámos o Relatório de Gestão, documentos que merecem a nossa concordância.

Em face do exame a que procedemos, somos do parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, e as Demonstrações Financeiras a 31/12/2023;
2. Seja aprovada a proposta da Direção sobre a aplicação do resultado do exercício;
3. Seja apreciado, favoravelmente, o desempenho da Direção da Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arícera pela forma como exerceu as suas funções.

Arícera, 01 de março de 2024

O Conselho Fiscal:

José António Cardoso Gouveia Santos
(Presidente)

Maria de Jesus Cardoso
(Vogal)

Fernanda da Silva Cardoso Gouveia
(Vogal)

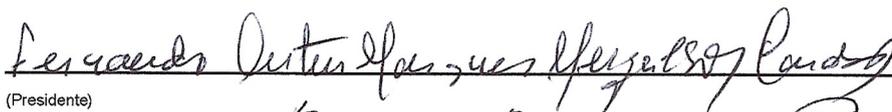
Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Associação Social Desportiva e Recreativa de Arícera ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2023 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, [Documentos – ASDRA – Centro de Dia Arícera \(wordpress.com\)](http://Documentos – ASDRA – Centro de Dia Arícera (wordpress.com)), em 25 de março de 2024.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2023 a entidade (selecionar a opção aplicável):

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

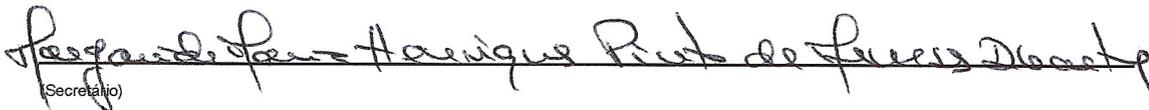
Os membros da Direção da ASDRA:



(Presidente)



(Vice-Presidente)



(Secretário)



(Tesooureiro)



(1º Vogal)

JOSE SANTOS

Ata número cinquenta e nove

Aos vinte e quatro dias do mes de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, trinta minutos após a hora indicada na convocatória, dada a exigência de quórum, reuniram em Assembleia Geral, os órgãos sociais da Associação Social, Desportiva e Recreativa de Arões, bem como alguns dos sócios. Após saudar os presentes, o Presidente da Mesa da Assembleia, deu início à sessão, pedindo ao Presidente da Direcção, ponto número um da reunião, para fazer a apresentação do Relatório de Contas de gestão do ano de dois mil e vinte e três. O Presidente da Direcção, numa nota prévia, lamentou o baixo número de sócios presentes, salientando que todo o trabalho de voluntariado que os órgãos sociais realizam mereça outra atenção por parte dos associados.

O tesoureiro da Direcção tomou a palavra para fazer a apresentação das contas relativas ao ano em estudo, fazendo referência às diferentes rubricas e cobrindo por silencioso o total de despesas e total de rendimentos com o resultado negativo no montante de dezoito mil, quinhentas e oito euros e trinta e seis centavos, por representar a situação económica e financeira de forma verdadeira e apropriada da Associação. Seguiu-se um breve período de discussões do documento em apreço, o qual depois de posto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Cumprido o primeiro ponto da ordem de trabalhos, passou-se ao Segundo: Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas de dois mil e vinte e três. Apresentado o documento de forma clara e depois de analisado formalmente foi o mesmo posto à votação, sendo aprovado por unanimidade e dando a proposta de alterações de resultados, apresentada pela Direcção.

Ponto número três: Outros assuntos de interesse para a ASDRA. A Direcção informou a Assembleia Geral de que têm sido infrutíferas as tentativas de contacto com o executivo da Câmara Municipal para o reparação do telhado e outros problemas que afetam o edifício do Centro de Dia. Recebendo a Direcção o incentivo da Assembleia para continuar com o mesmo objetivo.

Nada mais havendo a tratar deu-se a reunião por encerrada, em dezasseis horas, aproximadamente, da qual se lavrou a presente ATA, que depois de lida

em voz alta, foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e posteriormente assinado pelos membros da Mesa.

American group of people
article about the National
Nauricio Duarte)